



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 681228 - SP (2021/0225500-2)

RELATOR : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK
IMPETRANTE : JEAN DA SILVA ALMEIDA E OUTRO
ADVOGADOS : EDMUNDES ARAÚJO DA SILVA - SP153238
JEAN DA SILVA ALMEIDA - SP175843
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : CAETANO AMANCIO PEREIRA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DESPACHO

Cuida-se de *habeas corpus*, com pedido de liminar, impetrado em favor de CAETANO AMANCIO PEREIRA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (Edcl n. 1523644-92.2020.8.26.0228/50000).

Consta nos autos que o paciente, incurso no crime tipificado no art. 33, *caput*, da Lei 11.343/2006, foi absolvido por sentença proferida pela Juíza de Direito da 9ª Vara Criminal do Foro Central Criminal da Barra Funda da Comarca de São Paulo SP. Inconformado, o Ministério Público do Estado de São Paulo apelou, pleiteando a condenação do acusado. A 3ª Câmara de Direito Criminal do TJSP deu provimento ao recurso, condenando o recorrente, ora paciente, à pena de 11 anos e 8 meses de reclusão, em regime inicial fechado, e multa de 1.165 dias-multa. Opostos embargos de declaração pela defesa do recorrente, foram rejeitados.

A parte impetrante sustenta, no presente *habeas corpus*, que (fl. 5):

Consta da certidão de fls. 444, que o v. Acórdão foi disponibilizado no DJE em 25/05/2021, no entanto, a Certidão da Publicação foi juntada e liberada nos autos somente em 14/06/2021, às 15h11, conforme assinatura eletrônica.

Requer seja assegurado “ao paciente o direito de recorrer à Superior Instância, com a DEVOLUÇÃO DO PRAZO RECURSAL e determine o recolhimento do Mandado de Prisão expedido pela 9ª Vara Criminal do Foro Criminal da Barra Funda Capital de São Paulo” (fl. 7).

É, no essencial, o relatório. Decido.

Considerando as peculiaridades do caso concreto, antes de apreciar o pedido de liminar, solicitem-se informações atualizadas, por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo, ao Juízo de primeira instância, sobretudo acerca do andamento dos embargos de declaração, objeto deste *habeas corpus*.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 17 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente